Marcelo

2014

Natureza e Cultura: estudo teórico sobre o uso conceito de Paisagem nas Ciências Humanas

Marcelo FAGUNDES[1]

[1] Arqueólogo. Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Laboratório de Arqueologia e Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: marcelofagundes.arqueologia@gmail.com

NATUREZA E CULTURA: ESTUDO TEÓRICO SOBRE O USO CONCEITO DE PAISAGEM NAS CIÊNCIAS HUMANAS

RESUMO

O estudo da paisagem em Arqueologia presume o uso de diferenciadas categorias em diferentes áreas do conhecimento, tendo como foco a compreensão das relações existentes entre humanos e seus ambientes. Esse artigo teve como preocupação apresentar os diferentes paradigmas em que o uso do conceito de paisagem tem sido utilizado em Arqueologia, inclusive como meio de ampliação da noção de sítio arqueológico. É sabido que os humanos percorrem o ambiente em que vivem, nos quais percepções e conceitos são estabelecidos por meio dos processos cognitivos e, consequentemente, culturais. Assim, a paisagem passa a ser compreendida como uma construção social, tendo como base teórica para tal entendimento os conceitos de: Estabelecimento de Mauss; Lugar de Binford; e Lugares Persistentes de Schalanger.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem – Geografia Cultural – Arqueologia – Lugares Persistentes – Estabelecimento

ABSTRACT

The landscape study in Archaeology presumes the use of differentiated categories in different knowledge areas, having as focus the comprehension of the existing relations between humans and yours environments. This paper has as preoccupation presents the different paradigms in which the landscape concept has been used in Archaeology, of the same way it has been enabling the enlargement of archaeological site notion. It is known that humans walking through the environments in which they live, in which perceptions and concepts are established by means of the cognitive processes and, consequently, cultural processes. In this case the landscape is comprehended as a social construction, having like theoretical base the concepts of établissement (settlement) by Mauss; Place by Binford and Persistent Places by Schalanger.

KEYWORDS: Landscape – Cultural Geography – Archaeology — Persistent Places – Settlement

INTRODUÇÃO

Faz algum tempo que a discussão sobre o uso do conceito de paisagem tem sido realizada na Arqueologia. Não se trata de algo novo ou de um conceito que altere significativamente o que tem sido feito por arqueólogos faz muito tempo. Pelo contrário, seu uso para Arqueologia é inerente à pesquisa. Contudo, de antemão, se pode dizer que há diferentes concepções de como o conceito pode ser utilizado ou mesmo o que é. A nova tomada (ou uso) tem sido feita no sentido de esmiuçar de maneira mais sistemática as relações humanas com seus ambientes[2] (TRIGGER, 1989; FAGUNDES, 2011) e, dessa forma, possibilitar proposições mais assertivas sobre questões básicas da pesquisa: i) implantação de sítios arqueológicos; ii) repertório cultural; iii) formação do registro arqueológico, entre outras máximas; e, consequentemente, à compreensão do modo de vida e cultura no passado.

Um ponto crucial para a discussão aqui posta diz respeito ao fato de que a paisagem "arqueológica" não é a caracterização geoambiental da área da pesquisa. As análises ambientais (e paleoambientais) são fundamentais para o entendimento das relações inter-sítios de uma área, ou melhor, como se dá a ocupação, estabelecimento, uso (reuso), desenvolvimento de atividades, apropriação de recursos, dieta, etc., em uma assembleia de assentamentos, bem como a compreensão de seus processos formativos. No entanto, parte-se do princípio que apenas a caracterização geoambiental (em seus aspectos evolutivos, fisiográficos, geomorfológicos, biogeográficos, hidrográficos ou climatológicos), não seja suficiente nos estudos arqueológicos. Os sítios arqueológicos (e seus conteúdos) devem ser compreendidos como inseridos no ambiente e, portanto, posto ao seu dinamismo, bem como a paisagem deve ser compreendida como objeto de estudo.

Deve-se ter em mente da necessidade de inter-relacionamentos das caracterizações geoambientais com a realidade arqueológica, pois só desse modo ela se faz pertinente, indo além, uma vez que a paisagem é uma construção cultural que envolve os aspectos dinâmicos da natureza e da cultura.

Isto é, entender como o registro arqueológico se relaciona com essa caracterização, deve ser o fulcro do estudo da paisagem em Arqueologia. Como estabelecido por Schiffer (1972), o registro arqueológico é resultado tanto do comportamento humano enquanto reflexo de atividades sociais, quanto dos processos naturais. Logo, os remanescentes evidenciados nas pesquisas não são *sistemas culturais fossilizados*, sendo que os artefatos estão sujeitos a uma série de processos culturais e não-culturais que ocorrem entre o período de tempo que foram manufaturados, utilizados, descartados e, posteriormente, evidenciados nas pesquisas arqueológicas.

---

[2] Segundo Suertegaray (2001), esse também é o fulcro dos estudos geográficos, em sua letra: "a Geografia como área de conhecimento sempre expressou (desde sua autonomia) sua preocupação com a busca da compreensão da relação do homem com o meio (entendido como entorno natural)."

Outros pontos fundamentais se fazem pertinentes na afirmação acima: a dinâmica natural envolvendo o registro arqueológico e que o ambiente de hoje não seja o necessariamente de ontem, portanto a importância de estudos paleoambientais para corroborarem com nossas hipóteses. Os aspectos fisiográficos regionais são fundamentais para a pesquisa, desde que, contudo, todas as inter-relações entre ambiente e cultura sejam feitas dentro dos aportes da pesquisa. A paisagem não pode ser vista como um "cenário" ambiental onde as atividades humanas ocorrem, pelo contrário, ela é a comunhão desses aspectos ambientais mais os culturais, por meio das transformações materiais humanas (ou não), dentro da rede de significações que são dadas pelos diferentes grupos.

Mesmo que haja um entendimento sobre os itens acima, não há um consenso sobre o uso do conceito de paisagem para Arqueologia, que tem sido utilizado ou pensado de maneiras distintas, sobretudo conforme diferentes posturas teóricas. Nesse sentido, a paisagem passa a ser o foco principal da pesquisa (e possibilitando a ampliação de antigas análises que focavam ora no artefato ora no sítio), onde aspectos, que são inerentes à compreensão dos sítios arqueológicos ou do complexo situacional de sítios, recebem maior destaque (BINFORD, 1983).

O próprio avanço tecnológico, representado por novas técnicas de geoprocessamento e SIG (Sistema de Informação Geográfica), pode ser visto como umas das causas dessa crescente demanda entre arqueólogos. Novas técnicas cartográficas e de tratamento de imagens têm sido fundamentais para os estudos arqueológicos (GOJDA, 2001). Por outro lado, não se pode eximir do objetivo final da Arqueologia: o comportamento humano. Aliás, objetivo esse que a classifica como ciência humana, preocupada com o modo de vida e cultura de diferentes humanos, tendo como meio seus vestígios materiais, de qualquer ordem, que são capazes de indicar acerca das relações de grupos humanos em seus ambientes sob as várias facetas. Todos os avanços tecnológicos são, portanto, meios para o fim último da Arqueologia.

Nesse sentido, existe um ramo da Geografia que tem se destacado por maneira nos últimos anos: a chamada Geografia Cultural (ou culturalista) que, como no caso da análise da paisagem em Arqueologia, não é nada absolutamente novo, mas seu desenvolvimento ao longo do século passado e os resultados obtidos são importantes para os objetivos aqui propostos (SCHIER, 2003, SUERTEGARAY, 2001; LINKE, 2008).

Assim, na Geografia a paisagem é um conceito-chave. Por meio dele é possível estabelecer coesão (unidade), bem como identidade à Geografia. Logo, por meio da polissemia do conceito de paisagem, o mesmo está no cerne da epistemologia da Geografia e de outras ciências que compreendem que ela é produto humano, que usa o espaço para criar uma nova realidade, conforme condutas e percepções próprias.

> A geografia cultural é atualmente uma das mais excitantes áreas de trabalho geográfico. Abrangendo desde as análises de objetos do cotidiano, representação da natureza na arte e em filmes até estudos do significado das paisagens e a

> construção social de identidades baseadas em lugares, ela cobre numerosas questões. Seu foco inclui a investigação da cultura material, costumes sociais e significados simbólicos, abordados a partir de uma série de perspectivas teóricas (MACDOWELL, 1996, p.159).

É nessa somatória de reflexão teórica (incluindo questões de ordem patrimonial e suas políticas públicas. CRIADO BOADO, 1991, 2001), e novas tecnologias, que o enfoque dado à paisagem vem crescendo nas pesquisas arqueológicas. Diferentes aspectos são abordados, sobretudo relacionados à distribuição espacial dos sítios arqueológicos; uso e ocupação dos lugares em termos diacrônicos; formação do registro arqueológico; subsistência e apropriação de recursos; aspectos culturais e de identidade; paisagem e relações de poder; patrimônio arqueológico e suas políticas de gestão, entre outras máximas da Arqueologia –, sem contar conceitos que já foram amplamente discutidos na Antropologia, tais como difusão, evolução, possibilismo ou determinismo ambiental, identidade, etc. (GOJDA, 2001; RACZKOWSKI, 2001).

Para Raczkowski (2001, p. 04), o espaço é construído semanticamente. Obviamente essa concepção tem como base as concepções da Nova Geografia Cultural, especialmente inspirada nas abordagens do geógrafo Denis Cosgrove (1998, 2012), em que o espaço é constituído socialmente e, portanto, é algo experimentado pelo sujeito conforme as normas culturais em que ele faz parte, expressando relações claras de dominação e opressão, muitas vezes nem percebidas pelo indivíduo. Nas palavras de Raczkowski:

> Space is also constituted semantically. Such humanized space is both the means and the result of human functioning. It comprises complex set of connections between natural physical elements, the state of human body, the space of intellectual cognition ant the space of movement. Within that set cultural and natural environment. Social creation of space is subject to cultural reproduction, though space is subject to cultural reproduction though space and its elements may be perceived, interpreted, and understood in various ways (RACZKOWSKI, 2001, p. 04).

Finalmente, o autor supracitado considera que a palavra-chave para se entender os processos sociais de criação do espaço é o **conceito de lugar**. A paisagem deve ser compreendida como expressão humana "composta de muitas camadas de significados", sobretudo relacionada às relações de poder, vinculadas às relações econômicas, de gênero, idade, religiosa, etc. Para ele, a paisagem como parte da construção cultural, deve ser o foco de estudo das relações entre a vida humana coletiva e suas relações com o mundo natural, bem como "os significados que as culturas atribuem para sua existência e para com as suas relações com o mundo natural" (CROSGROVE, 1998, p. 37).

Ela é responsável por expressar essas relações do vivido (da cultura), uma vez que está carregada de significados, reproduzindo de maneira *sui generis* as normas culturais, muitas vezes vistas

como naturais pelo grupo. É nesse sentido que o estudo da paisagem para a Arqueologia assume aspectos muitas vezes provindos da epistemologia da Geografia.

Para a Arqueologia, sobretudo a pré-histórica, a reconstrução dos sentidos êmicos dados ao lugar, ou a paisagem, não é acessível pelo fato dos grupos não existirem mais. Todavia, tal aplicação não é impossível. A execução de um enfoque regional pode ser a resposta para a busca do significado nas relações homem *versus* natureza, ou seja, a realização de estudos sistemáticos, em médio e longo prazos, focando na distribuição espacial de sítios arqueológicos e suas inter-relações; estudo sistemático de seus conteúdos; sistema tecnológico; estabelecimento de cronologias; cartografia arqueológica detalhada interconectando características em *layers* que permitam inferências sobre temas caros da Arqueologia, aqui já expostos.

Esse artigo tem como preocupação primordial a compreensão de como se deu, em longa duração, a aplicação do conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas, cooperando sensivelmente para o entendimento das relações que humanos tiverem com os ambientes que viviam e, consequentemente, o entendimento de seus modos de vida e cultura. Além disso, busca-se uma revisão do conceito que permita ter um olhar mais assertivo de como grupos pré-históricos se inter-relacionavam com o ambiente circundante: determinismo, possibilismo ou interação?

PAISAGEM: UM CONCEITO MULTIDISCIPLINAR

Em uma visão antropológica da paisagem, não seria nenhum abuso afirmar que as pessoas percebem, classificam e moldam o ambiente circundante a partir de processos simbólicos que podem estar vinculados às tradições culturais de um dado grupo, ao apego sentimental a determinados marcos paisagísticos, à memória, aos mitos, enquanto local dos ancestrais e, não raramente, tendo como referências fronteiras sagradas e profanas (FAGUNDES, 2007).

Geógrafos tem observado, nos últimos tempos, a paisagem sob esse viés, estruturando suas análises tanto na hermenêutica, como nas filosofias do significado (COSGROVE, 1998, 2012).

Tal perspectiva baseia-se, sobremaneira, em uma assertiva fenomenológica em que o sujeito experimenta seu espaço, faz construções cognitivas e o idealiza conforme sua percepção do que é o mundo (KNAPP, 1999; CROSGROVE, 2012; RACZKOWSKI, 2001). Obviamente existem questões de cunho ecológico, adaptativo e funcional que fazem parte dessa complexa rede de significações e que não podem ser simplesmente descartados. Com isso, se deve destacar que o conceito de paisagem é objeto de diferentes Ciências e, no cerne das mesmas, pode-se dizer que há divergências entre as diferentes correntes teóricas.

A Geografia, durante muito tempo, o conceito de paisagem foi definido como o que se alcança num "lance de vista" e ao desenho que representam a natureza ou um aglomerado urbano. Essa definição, por sua vez, deixou "nanicos" fatores de análise de suma importância, tais como as atividades naturais e as interações entre seus componentes. Para a autora, a concepção (e análise) da paisagem deve contemplar os ecossistemas, as ações antrópicas, o tempo, a mutação e a evolução, fatores que dão vitalidade a porção do espaço que vivemos.

A Ecologia da Paisagem, surgida na literatura na década de 1960 (SCHIER, 2003), entendeu a paisagem como o cenário das relações entre o homem e o seu meio, sendo seu objetivo maior a ordenação da ocupação humana por meio do conhecimento dos limites e das potencialidades do uso das diferentes porções do território. Gojda (2001, p. 09), por exemplo, define paisagem como "... a complex phenomenon communicating important relationship between natural processes and human settlement practices, and therefore in the study of landscapes it is senseless to separate natural and human components".

Em meio a um emaranhado de significações conceituais, a paisagem pode ser considerada (ou vista como por alguns paradigmas), sob um caráter de fenômeno social, em que contextos históricos e culturais específicos definem características simbólicas ímpares. Sob esse viés, a paisagem nada mais é do que um produto humano, da construção humana, podendo ser definida como um espaço social humanizado: no tempo e no espaço. Essa paisagem passa a ser lida e interpretada como símbolo e adquirindo seu papel cultural dentro das representações sociais de um dado grupo enquanto bem cultural. A paisagem é compreendida como uma construção social e, portanto, um fato social total conforme postulado *maussiano*, como será discutido a seguir (FAGUNDES, 2011).

Isso permite o pensamento da necessidade de se compreender as relações que grupos humanos têm com seus ambientes, bem como buscar entender como as diferentes Ciências tendem a tratar tal temática. As contribuições/ diálogos devem partir da perspectiva de que possa haver um maior entendimento do uso, da construção e ocupação dessa paisagem e, dessa forma, das relações entre grupos humanos e seus ambientes, ou melhor, do comportamento humano.

No caso da Geografia, já no momento de seu nascimento e posterior consolidação como Ciência, define a paisagem como um de seus objetos de estudo. No decorrer de desenvolvimento do pensamento geográfico, entretanto, tal premissa nem sempre será consenso (ver quadro 01).

Segundo Claval (2011), o objetivo da abordagem cultural "é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica". Já para Schier (2003), o uso do conceito de paisagem na história da geografia cultural nunca deixou de ser o foco principal, entretanto o entendimento do conceito se fez de maneiras distintas em diferentes momentos, a saber:

> A geografia alemã, por exemplo, introduziu o conceito da paisagem como categoria científica e a compreendeu até os anos 1940 como um conjunto de fatores naturais e humanos (Otto Schlüter, Siegfried Passarge e Karl Hettner). Os autores franceses, influenciados por Paul Vidal de la Blache e Jean Rochefort, caracterizaram a *paysage* (ou o *pays*) como o relacionamento do homem com o seu espaço físico. A revolução quantitativa, iniciada nos anos 40 nos Estados Unidos, substituiu o termo *landscape*, que estava, até então, em uso nesse país influenciado pela geografia alemã (Carl Sauer), pela ideia da "região" (Richard Hartshorne), sendo esta um conjunto de variáveis abstratas deduzidas da realidade da paisagem e da ação humana. Paralelamente, surgiu na Alemanha e no Leste europeu uma ideia mais holística e sinérgica da *Landschaft*, denominada *Landschaftskomplex* (Paul Schmithüsen), que definiu as unidades da paisagem pelo conjunto dos seus processos ecológicos. Esta ideia se encontra, entre outros, também na *Landschaftsökologie* (ecologia da paisagem), como foi proposta por Carl Troll e mais tarde por Hartmut Leser. A *Human Ecology*, de cunho norte-americano, definiu igualmente a paisagem como um sistema ecológico. (SCHIER, 2003, p.80)

Para Bertrand (1971 *apud* SCHIER, 2003, p.80), a paisagem não pode ser concebida como a simples adição de elementos geográficos. Ela só pode ser compreendida como uma porção do espaço resultante da dinâmica de elementos de ordem física, biológica e antrópica, pelo qual existe uma relação dialética entre eles, sendo, portanto, "um conjunto único e dissociável, em perpétua evolução".

Inegável importância seria o postulado do geógrafo cultural Carl O. Sauer e da Escola de Berkeley, fortemente calcado na definição de *superorgânico* elaborada pelo antropólogo Alfred Kroeber. Um dos pressupostos inaugurados seria o fato de que foi por intermédio da cultura (enquanto um meio extrassomático de desenvolvimento), que o homem perdeu sua característica animal de reproduzir as ações de seus ancestrais (MATHWSON & SEEMANN, 2008).

Uma das motivações do pensamento geográfico inaugurada por Sauer foi fazer da paisagem um dos seus conceitos, sobretudo por meio de uma visão historicista de formação dessa paisagem, vista, dessa forma, como uma construção da cultura (ZANATTA, 2007; MATHWSON & SEEMANN, 2008).

Sauer define a paisagem geográfica como resultado da ação da cultura ao longo do tempo sobre o meio natural, havendo uma modificação da morfologia física por intermédio da cultura; sendo o objetivo dos estudos geográficos, nesse interim, seria a análise das paisagens culturais de modo que a morfologia física deveria ser vista como um meio, transformado pelo agente que é a cultura (SAUER, 1998). Existe uma preocupação com a *morfologia da paisagem*, de como as culturas molduram seu meio e, portanto, o Homem é o sujeito modificador do espaço.

Corrêa e Rosendhal (1998, p.09) afirmam que para Sauer a paisagem em geografia deve ser vista como um conjunto tanto de formas naturais quanto culturais, em um processo de interação entre ambas. Assim, "a paisagem geografia (...) é analisada morfologicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural".

Em suma, a paisagem é compreendida como o conjunto de formas culturais associadas em áreas (aqui se vê marcadamente a influência de Kroeber e, consequentemente, da antropologia *boasiana*). Logo, esse conjunto de formas naturais e culturais é resultado da ação da cultura sobre o meio físico-biótico ao longo do tempo, isto equivale a dizer que a morfologia física da paisagem é constantemente modificada pela cultura, devendo ser compreendida em sua totalidade uma vez que os objetos e os elementos da paisagem em Sauer existem inter-relacionados (SAUER, 1998).

PENSADOR/ ESCOLA	CARACTERÍSTICA PRINCIPAL
Von Humboldt	Aspecto do meio físico biótico onde o homem é coadjuvante. Considera a Geografia como uma ciência de síntese da paisagem, sendo necessária sua descrição e representação.
Ratzel	Inclui o Homem no estudo da Geografia, tendo como foco a influência que as condições naturais exerciam sobre a humanidade (forte influência do determinismo, do positivismo e do evolucionismo). Noção de território – que garante o progresso humano via exploração da natureza, como forte apelo evolucionista: o progresso humano se dá por meio da expansão de território.
Vidal De la Blache	Relação entre o Homem *versus* natureza sob um viés do possibilismo, isto é, transformar a natureza garante o sucesso do homem. Inaugura o conceito de "Gênero de Vida", responsável em exaltar a relação entre população e recurso, por meio de uma relação de equilíbrio, constituída historicamente. Há forte influência do funcionalismo, onde o progresso humano se daria a partir da dominação e administração do ambiente natural.
Carl O. Sauer/ Escola de Berkeley	Resultado da ação do Homem (da cultura) ao longo do tempo, sobre o meio natural. A sociedade é vista como uma construtora de paisagens.
Nova Geografia/ Geografia Teorética ou Pragmática	De caráter neopositivista, com métodos de análise baseados em modelos matemáticos/ estatísticos, os quais seriam representações das estruturas fundamentais da organização da paisagem. Logo, a paisagem é o conjunto de aspectos físico-bióticos aliados às ações humanas, porém sob uma perspectiva positiva/ objetiva.
Geografia Humanística	Que tem como preocupação a relação dos humanos em seus ambientes, como o homem se apropria do meio por ele vivenciado, ou seja, como se dá a consciência em relação ao meio que o cerca. A paisagem é todo o ambiente que envolve o Homem, seja físico, social ou imaginário, isto é, como resultado da percepção e reação humana mediante as condições e elementos da natureza. Há uma valorização subjetiva da paisagem, onde idiossincrasias individuais são privilegiadas, não as coletivas.
Geografia Crítica	De influência marxista, nasce como uma reação contra o objetivismo/ positivismo. O espaço, e não a paisagem, é objeto de estudo. Considerado o lugar onde os humanos se estabelecem e estabelecem suas atividades. Só existe se cumprir funções sociais que façam sentido dentro de uma lógica político-econômica no qual vivemos. A paisagem não pode ser tomada como objeto de estudo uma vez que não cumpre função social.
Nova Geografia Cultural	O espaço é considerado ao mesmo tempo como resultado concreto de um processo histórico e, nesse sentido, ele possui uma dimensão real e física, ou como construção simbólica que associa sentidos e ideias. Componente objetivo: apropriação e transformação da ação humana. Componentes subjetivos: significados contidos na paisagem.

Quadro 01 – Conceito de Paisagem na Geografia Cultural. Fonte: vários autores em referências.

Na Arqueologia o uso da paisagem também tem sido foco de estudos que buscam a compreensão da faceta simbólica que envolve a própria percepção que diferentes grupos têm de seus ambientes e, portanto, não se pode negar a forte influência do pensamento antropológico. No que tange à Geografia Cultural muito pouco tem sido discutido, mas não se pode negar que tenha sido importante para a

formação do pensamento arqueológico. Compreender a paisagem como foco dos estudos da Arqueologia, amplia a noção de sítio arqueológico e, principalmente, admite o princípio que grupos humanos utilizam e interpretam diferentes espaços em uma paisagem bem mais ampla, atendendo diferentes fins, sejam eles quais forem (BINFORD, 1982, 1992).

Justamente por isso, como fora dito em outros momentos (FAGUNDES, 2007, 2009, 2011), a paisagem é um dos focos de análise da Arqueologia, uma vez que essa apresenta as "marcas" das diferentes ocupações em longa duração e, dessa forma, a possibilidade de leitura de conceitos caros à Arqueologia: formação do registro arqueológico, continuidade e mudança, simbolismo, tecnologia, mobilidade, obtenção de recursos, sistema de assentamento e suas interconexões. Assim sendo, as análises têm sido focadas na possibilidade de explorar as *relações dialéticas* existentes entre as diferentes *facetas* que envolvem a Arqueologia enquanto disciplina: técnicas, métodos e processos epistemológico-conceituais (FAGUNDES, 2009).

Outro ponto de suma importância, e que faz parte da "natureza" da Arqueologia, é o fato de que o registro arqueológico encontra-se disposto no meio "natural" sendo influenciado por ações que regem esse meio: erosões, sedimentações, bioperturbações, uso e ocupação do solo, etc. (SCHIFFER, 1972). Sem essa compreensão da dinâmica em que envolve a Arqueologia (e seus estudos), perde-se sua "natureza" enquanto disciplina que estuda o comportamento (do passado). Todavia, o conjunto de artefatos e "ecofatos", que constituem o registro arqueológico (RENFREW & BAHN, 1993), devem ser compreendidos além das características "naturais" e as análises devem entendê-los como o resultado das ações *sociais* de um grupo, remetendo à noção de intencionalidade (JOHNSEN & OLSEN, 1992).

Portanto, como unificar o 'natural' ao 'humano-natural' e a 'natureza humana', e como se dissociam da natureza-em-si-mesma, sem significado social? (FAGUNDES, 2010). Os estudos da paisagem em Arqueologia assumem, portanto, uma *postura interdisciplinar,* em que diferentes métodos e conceitos são envolvidos para a observação, apreensão e explanação de um fenômeno, ou seja, na ordenação e formulação dos fenômenos de modo que sejam suscetíveis à explicação (DUNNEL, 2007).

Ademais, não se pode esquecer de que o objeto de estudo da Arqueologia é o registro arqueológico em sua *totalidade contextual*, de modo que seja possível essa explanação com vistas à compreensão do comportamento humano em escala diacrônica e espacial[3], via associações e inter-relações entre remanescentes culturais, a matriz arqueológica em que estão envolvidos e o entorno direito, portanto, a paisagem em seus elementos físico-bióticos.

Faz algum tempo em que várias disciplinas têm feito uso do conceito de paisagem, estruturando seus argumentos, sobretudo, advindos da Antropologia, Filosofia e Teoria Social. Por outro lado, não é novidade o fato de que posturas analíticas e compreensões diferenciadas foram assumidas pelas

[3] Segundo Dunnel (2007, p.20), a maior virtude da Arqueologia enquanto ciência é a habilidade de lidar com o tempo e com a mudança.

diferentes Ciências para se discutir o espaço/ paisagem (FAGUNDES, 2009, 2011). Por exemplo, em uma comparação entre a Geografia Cultural e a Arqueologia, a primeira tem se sustentado conceitualmente na Fenomenologia e na Hermenêutica, enquanto a outra se baseou, inicialmente, nos princípios Estruturalistas (HODDER, 1987).

Justamente por isso, esse artigo tem como foco estruturar um (entre as diferentes análises possíveis), modo de se pensar a paisagem em Arqueologia, assim como ressaltar a necessidade do planejamento de estratégias para pesquisas que tenham como foco essa paisagem.

Com isso, tem-se privilegiado análises que garantam um *elo* entre concepções e idéias multidisciplinares e os procedimentos de campo, princípios técnicos, teórico-metodológicos próprios da natureza epistemológica da Arqueologia enquanto Ciência, norteando o estudo do registro arqueológico (FAGUNDES, 2011). Para se alcançar a compreensão efetiva que como se deu a relação dos humanos em seus ambientes, é necessária a ampliação das investigações dentro de variáveis fundamentais para a Arqueologia (FAGUNDES, 2007, 2010).

- Compreender as características físico-bióticas dos locais de estudo (geologia, geomorfologia, aspectos climáticos, recursos hídricos, cobertura vegetal, fauna, etc.);
- Compreender os *loci* de ocupação continuada com base na hipótese de que o manejo da paisagem extrapole questões adaptativas e de subsistência, mas relacionado aos aspectos de ordem cognitiva, ao apego sentimental, às escolhas/ estratégias políticas, ideológicas ou ritualísticas, dentro de uma *rede de significação* (SILVA-MENDES, 2007);
- Compreender a paisagem como incorporada ao Fato Social Total, com base no conceito de estabelecimento de Marcel Mauss (1974a);
- Inferir como estão distribuídas as estruturas arqueológicas regionais, conforme as feições da paisagem, ou melhor, por meio do exame do registro arqueológico, inferir sobre as interações entre grupos humanos e os paleoambientes acerca da distribuição de recursos e exploração, padrão de mobilidade, escolhas relacionadas ao estabelecimento de sítios diversificados (residencial; de observação; de obtenção de matéria-prima; de pesca, caça e coleta; ritualísticos; etc.), lugares de uso contínuo, etc.;
- Buscar a interação diacrônica e holística entre sítios, não-sítios e diferentes espaços topográficos para a compreensão da paisagem (ou seja, em seus aspectos bióticos, abióticos e arqueológicos), enquanto definidora da área de atuação de um dado grupo pré-histórico e, portanto, sendo admitido um *status* de artefato para mesma.

NATUREZA E CULTURA E A NOÇÃO DE ESTABELECIMENTO EM MAUSS

Foi em '*Essai sur le don*', obra prima de Marcel Mauss (1950[1974a]), que o conceito de *Fato Social Total* foi pela primeira vez discutido pelo etnólogo, tendo como aporte epistemológico a discussão sobre a *dádiva*, ao mesmo tempo em que apresentava a troca e a reciprocidade como fundamentos da vida social (espírito da coisa dada).

A partir daí, mesmo não sendo sistemática, sua obra segue uma direção muito clara: discutir (ou pelo menos refletir), acerca do *Homem Total* (KARSENTI, 1997, 1998; LANNA, 2000; FOURNIER, 2003). Ao tratar do fato social total, ele indica a necessidade de se refletir acerca das condutas humanas em todas suas dimensões, uma vez que os fenômenos são sociais, porém ao mesmo tempo fisiológicos e psicológicos. A partir desse norte, Mauss apresenta o fato social total como constituído por um caráter tridimensional, onde se destacam as dimensões: i) Sociológica, em todas suas implicações sincrônicas; ii) A diacronia da dimensão histórica; iii) Dimensão fisio-psicológica, do indivíduo em si. Juntos formam um sistema indissolúvel/ inseparável, onde existe uma complementaridade entre o físico, o psíquico e o social.

O fato social total é expresso nas representações de um dado grupo, isto é, nos valores (morais, étnicos, políticos, religiosos, etc.), condutas, sistemas simbólicos, sistema econômico, expressões materiais da cultura, conhecimentos, tecnologia e técnicas, etc. Enfim, na forma que o grupo se vê e se representa, podendo, inclusive, expressar-se em sua "noção" de territorialidade, na maneira que uma dada sociedade interage e representa sua paisagem regional. O que é importante frisar é que "Ensaio sobre a Dádiva" é considerada por muitos uma guinada na história da Etnologia uma vez que transcende a observação empírica de modo a atingir o que ele chama de 'realidades mais profundas' (FALLEIROS, 2005). Mauss apresenta o social em forma de sistema, composto por partes conexas, equivalentes e solidárias entre si, uma vez que passa a ser visto como realidade (comparável e substituível).

Outro ponto importante a ser apresentado acerca da obra de Mauss, é o modo pelo qual o autor apresenta (ou define) como cultura em seus textos (não-sistemáticos), uma vez que por meio dessa definição, que também acaba por ser assistemática, poder-se-á compreender os demais conceitos que aqui serão apresentados. Fica claro que para Mauss a cultura é uma expressão simbólica coletiva, ou seja, é inerente a condição humana o ato de simbolizar, ou melhor dizendo, é "natural" de qualquer sociedade exprimir-se de maneira simbólica em seus costumes e instituições, lembrando-se que esse ato de "simbolizar" é coletivo, isto é, todo sistema simbólico é uma construção da coletividade *per se* e, portanto, não se trata nunca de uma ação individual ao mesmo tempo em que esse sistema é lido e interpretado por membros do mesmo grupo e, portanto, seu caráter êmico. A cultura pode ser definida na obra de Mauss como uma rede de significação de uma dada sociedade compreendida e transmitida coletivamente.

A cultura pode ser apresentada como um sistema de representações (sejam significados, valores, sentimentos, referenciais afetivos, cultura material ou territórios/paisagens), responsável por definir uma *identidade* que é compartilhada socialmente por membros de um mesmo grupo, representando, dessa forma, o modo de vida de uma dada sociedade no tempo e no espaço.

Tais ideias podem ser observadas em Noções de Técnicas Corporais (MAUSS, 1974b), onde é posto pelo autor que toda sociedade *impõe* aos seus pares um uso rigoroso de seus corpos, que são vistos como o primeiro artefato humano e, dessa forma, sendo o primeiro espaço em que a estrutura social impõe suas marcas ao indivíduo, uma vez que a sociedade confere a esse indivíduo um uso extremamente rigoroso do seu corpo. Logo, o corpo é uma construção simbólica, sendo as experiências corporais um ato cultural e próprio de cada sociedade.

Utilizando o pensamento de Claude Lévi-Strauss (1974) acerca desse universo social, pode-se afirmar que há uma conjunção entre suas partes constitutivas em um processo solidário, de complementaridade que:

> (...) não é estática, como o seria a das duas metades de um quebra-cabeças; é dinâmica e provém de o psíquico ser ao mesmo tempo simples *elemento de significação* para um simbolismo que o ultrapassa, e o único *meio de verificação* de uma realidade cujos aspectos múltiplos não podem ser apreendidos fora dele mesmo, sob a forma de síntese" [grifos do autor].

Foi por meio dessa totalidade *maussiana* que se começou a refletir acerca do conceito de paisagem 'cultural'[4] (FAGUNDES, 2007, 2009, 2011; FAGUNDES & PIUZANA, 2010), sobretudo tendo como aporte teórico o 'conceito de estabelecimento' (*Settlement / établissement*) do mesmo Marcel Mauss (1904/1905 [1974a]). Para tanto, partiu-se da assertiva que a paisagem (como parte do sistema de significação de um dado grupo) é integrante do *fato social total* (tanto em sua materialidade, como em sua significação), uma vez que adquire um caráter sociológico, histórico e fisio-psicológico, sendo uma 'entidade' perfeitamente definida por diferentes sociedades, dotada de conteúdo e significação (FAGUNDES, 2007).

A intenção, a partir daí, seria compreender como o contexto arqueológico poderia ser entendido por meio dessa totalidade de forma que se pudesse indicar, de maneira mais assertiva do que inferida, o contexto sistêmico (SILVA-MENDES, 2007).

Não bastava apresentar a paisagem 'arqueológica' como fundamental para a compreensão da cultura material e modo de vida do passado (isso é o mínimo que se pode esperar), do mesmo modo a caracterização geoambiental de um dado território é inerente à pesquisa, logo se buscou algo além, que não apenas justificasse, mas que fundamentasse a importância de se compreender o uso e ocupação do solo ao longo do tempo. Buscou-se "pistas" de como se deram as relações entre cultura e ambiente,

[4] Acredita-se que essa adjetivação é desnecessária, uma vez que o cultural é uma condição inerente ao estudo da paisagem (BRADLEY, 2000).

pessoas e paisagem, e como a partir daí foi possível realizar inferências sobre o modo de vida e cultura de um dado grupo.

Para o uso do conceito de paisagem – que é entendido como uma construção social, ou seja, um ambiente sociológico, econômico, político, histórico, ideológico e cultural –, percorreu-se abordagens de vários autores na assertiva que as realidades ambientais que e a constatação empírica da presença humana na paisagem, são vetores centrais para que se eleja o corpo de indagações acerca das possibilidades e restrições da organização tecnológica, sobretudo objetivando a elaboração de inferências à compreensão de como grupos humanos estavam se movendo, apropriando-se e definindo seus espaços sociais[5] (KNAPP & ASHMORE, 1999).

A ampliação do conceito de sítio arqueológico implica, sobre esses preceitos, na utilização do conceito de estabelecimento e/ou lugar e, nesse sentido, compreender a paisagem como centro das pesquisas em Arqueologia.

Não é recente a discussão acerca da ampliação do conceito de sítio arqueológico (BINFORD, 1982), destacando que ampliar não significa deixar 'nanica' sua importância, mas compreender vários pontos, a saber: i) Por que certos locais foram preferidos e utilizados por determinados grupos em detrimento de outros? ii) Por que há diferenças nos conteúdos de assembleia de sítios arqueológicos contemporâneos em uma mesma 'área'? iii) Há conexões entre diferentes sítios de uma área? O que determina a diferença entre sítios de uma área? Há diferenças? iv) Partindo do pressuposto de diferença, os diferentes sítios arqueológicos de uma área são espaço complementares de diferentes atividades sócio-culturais do grupo? Como se dá a ocupação dessas áreas?

Enfim, essas e outras indagações tem permitido a reflexão acerca da importância da compreensão da interconexão entre diferentes sítios contemporâneos de uma área arqueológica (análise inter sítio/ complexo situacional de sítios) e como a distribuição espacial desses assentamentos ocorreriam. Nessa perspectiva, partiu-se do pressuposto de que um lugar ou domínio (usando a terminologia *maussiana*), ultrapassa os limites da ocupação humana sob forma de suas habitações (aldeias, sítios arqueológicos, povoados, cidades etc.), mas que abrange uma paisagem dotada de significação.

Para Mauss (1974a), o estudo das relações sociais deve ser ampliado incluindo a própria paisagem (enquanto elemento de significação), na restituição das totalidades sociais, permitindo a compreensão dos lugares persistentes (enquanto elementos de um ambiente físico-biótico que fazem parte da morfologia social de um dado grupo. SCHALANGER, 1992). Assim, 'conceito de estabelecimento' de Marcel Mauss diz o seguinte:

> (...) La véritable unité territoriale, c'est beaucoup plutôt l'établissement *(settlement)*. Nous désignons ainsi un groupe de familles agglomérées qu'unissent des liens spéciaux et qui occupent un habitat sur lequel elles sont inégalement distribuées aux

[5] Por espaço social Zedeño entende como: "(...) a product of interactions between people and the material world and is thus amenable to archaeological inquiry" (Zedeño, 2000, p. 98).

> différents moments de l'année, comme nous le verrons, mais qui constitue leur domaine. L'établissement, c'est le massif des maisons, l'ensemble des places de tentes et des places de chasse, marine et terrestre, qui appartiennent à un nombre déterminé d'individus, en même temps que le système des chemins et sentiers, des chenaux et ports dont usent ces individus et où ils se rencontrent constamment. Tout cela forme un tout qui a son unité et qui a tous les caractères distinctifs auxquels se reconnaît un groupe social limité. (MAUSS, 1974a [1904/1905], p. 14).

Sob esse ponto de vista, a essa obra acabou por representar um marco epistemológico para a compreensão das relações homem *versus* meio, sendo o primeiro impulso teórico de Mauss em direção ao 'homem total' (KARSENTI, 1997, 1998; DI DEUS, 2007) e, portanto, à semente que sistematizaria, anos mais tarde, o *fato social total*, definido e postulado em "O ensaio sobre a dádiva" (MAUSS, 1974b).

Nesse sentido, a ênfase ao trabalho de Marcel Mauss (1974a) foi dada em primeiro plano ao conceito de estabelecimento (ou assentamento), enquanto unidade territorial, solidária com as demais estruturas do grupo e, portanto, integrante do *fato social total* para, posteriormente, a sua compreensão do *homem total* (KARSENTI, 1997) e de suas relações com a natureza.

A paisagem é compreendida como uma entidade dotada de significação e, nesse caso, adquirindo dimensão de ordem sociológica, histórica e fisio-psicológica, ou seja, definida e integrada à sociedade, por meio de sua materialidade física, bem como de sua imaterialidade representada pelos aspectos de significação que adquire ao longo do tempo por meio dos aparatos técnicos e cognitivos. Sob esse viés, as relações homem *versus* meio não são compreendidas como um modo de superação das necessidades de subsistência, como dado na ecologia cultural de Julien Steward (por exemplo), mas enquanto um modo eficaz de regulação entre os fatores de ordem ambiental e as estruturas sócio-culturais.

O modo de vida é dado por questões relacionadas ao social, mas não distanciadas da natureza, o que permite inferir que cultura e natureza são ***fenômenos de totalidade***, em um sistema harmônico e interconectado, de forma a garantir uma unidade coesa e de equilíbrio entre ambos.

Além do mais, o melhor das conclusões de Mauss é sua rejeição a uma explicação baseada exclusivamente no *determinismo geográfico ou ecológico* em que as causas das mudanças no *estabelecimento* estejam regidas por ações climáticas/ ambientais, uma vez que as 'rupturas sociais' a cada estação (inverno e verão) são dadas em 'Variações Sazoneiras' por aspectos religiosos, jurídicos, ideológicos e culturais que, do mesmo modo, não concedem a obra um caráter de determinismo social ou cultural.

Para Mauss, os fatores *técnicos* e *biológicos* não são suficientes para a compreensão das relações entre natureza e cultura e, portanto, dos fenômenos sociais. Eles estão presentes em parcelas significativas na antropologia *maussiana* e, por isso, pode-se apresentá-la como ancorada nas relações entre o social, a cultura e o ambiente (DI DEUS, 2007).

Na mesma direção, considerou-se que o objetivo de 'Variações Sazoneiras' foi à busca por uma explanação assertiva acerca das relações entre a morfologia social e suas inter-relações com as demais estruturas e com o ambiente. Em nenhum momento Mauss desconsidera a importância desse último sobre a sociedade, destacando, inclusive, a relevância daquilo que definimos como geoindicadores, seguindo as indicações de Morais (2000, 2006).

Ao discutir sobre a *antropogeografia* de Ratzel, Mauss faz as seguintes observações:

> Para que os homens se aglomerem, em vez de viverem dispersos, não basta que o clima ou a configuração do solo os convide; é também preciso que sua organização moral, jurídica e religiosa permita a sua vida em aglomeração (...) o fator telúrico deve ser colocado em relação com o meio social na sua totalidade e complexidade. Não pode isolar-se deste. Assim, também, quando se estudam os efeitos, é em todas as categorias da vida coletiva que as repercussões devem ser consideradas. Todas essas questões não são, portanto, questões geográficas, e sim propriamente sociológicas (MAUSS, 1974a, [1904/1905], pp. 241 - 242).

A genialidade do texto está, assim, nesse equilíbrio entre os 'fatos', alertando o leitor da necessidade de compreender o *modo de vida* e *dinâmica cultural* como imbricados em relações tais que é impossível compreender o fenômeno humano de maneira isolada de seus aspectos ambientais/ ecológicos, biológicos, técnicos ou sócio-culturais (e históricos). A totalidade deve ser entendida até pelo modo que a sociedade se estabelece na paisagem, em seu meio físico-biótico e, por isso, declara-se a sua importância para os estudos arqueológicos que pretendem se enveredar para um caminho, sem volta, entre as relações contexto arqueológico *versus* contexto sistêmico *versus* paisagem.

O "*homem total*" de Marcel Mauss em sua tridimensionalidade é responsável por uma guinada nos estudos do social em Sociologia e Antropologia e, portanto, podendo ser considerado um avanço epistemológico para as ciências sociais e humanas. Baseando-se nessa consideração, a abordagem serviu de *alicerce conceitual em Etnologia* para compreender as inter-relações para a *Arqueologia* entre: *homem versus paisagem* (os geoindicadores de MORAIS, 2000), o complexo situacional de sítios (BINFORD, 1982) e o conceito de lugares persistentes (SCHLANGER, 1992).

As ideias aqui expostas vão de encontro às defendidas por Di Deus (2007) quando afirma que os *insights* de Mauss precedem uma análise ecológica, sem apelos deterministas à compreensão do modo de vida e dinâmica cultural por meio da observação e explanação acerca dos fenômenos sociais. Mauss não rejeita, dessa forma, a influência dos fatores naturais, o que é recusado é admitir o determinismo da abordagem antropogeográfica de Ratzel, do mesmo modo que não há postulado nem em 'Variações Sazoneiras', ou qualquer outro de seus textos, qualquer indicação de determinismo (histórico ou cultural). Para ele apenas por meio de uma visão *total* e *integrada* da natureza e cultura à compreensão dos fenômenos sociais é que se poderia explicar a morfologia social de uma dada sociedade e, dessa forma suas estruturas de maneira sistêmica, prenunciando como já afirmando, o *fato social total* e o conceito de 'dádiva'.

Assim, aqui se declara a crença na contemporaneidade do discurso *mauassiano* e, principalmente, sua aplicação para compreensão contextual para a Arqueologia.

O USO DO CONCEITO DE LUGAR

O uso da definição *lugar* tem assumido grande relevância nas pesquisas arqueológicas da atualidade, sobretudo a partir da premissa estabelecida por Lewis R. Binford em *Archaeology of Places* (1982), pela qual o arqueólogo deve *expandir suas análises para além do sítio arqueológico*, compreendendo as características dos espaços topográficos em que diferentes tipos de sítios (e não-sítios[6]), componentes de um sistema regional de assentamento, estão distribuídos[7].

Sob esse olhar, Binford (1982) indica a necessidade de inferir como estão distribuídas as estruturas arqueológicas em termos regionais, conforme as feições da paisagem, ou melhor, por meio do exame do registro arqueológico, inferir sobre as interações entre grupos humanos e os paleoambientes acerca da distribuição de recursos e exploração; padrão de mobilidade, escolhas relacionadas ao estabelecimento de sítios arqueológicos diversificados (residencial; de observação; de obtenção de matéria-prima; de pesca, caça e coleta; ritualístico, etc.).

Os sítios distribuídos no espaço geram o que ele chama de assentamentos, resultados de diferentes ocupações. Para se compreender esses padrões se deve levar em conta: (01) a freqüência com que ocupações ocorreram em diferentes lugares e (02) os processos que geraram associações entre o material arqueológico nos sítios. Para tanto, deve-se compreender os processos que operaram no passado, o que o autor denomina como a habilidade do pesquisador em inferir corretamente as causas dos efeitos observados, ou seja, da *formação do registro arqueológico*.

Além disso, o modo pelo qual um grupo usa o *hábitat* está diretamente condicionado pelo padrão de mobilidade e o retorno para o sítio habitação/base, tal condição vinculada às características biogeográficas do território e, portanto, sempre existindo uma *geografia cultural* na área de atuação dos grupos pré-históricos. Por padrão de mobilidade, o autor entende a maneira pela qual a paisagem ao redor do sítio base é diferentemente ajustada em relação à distribuição de recursos, uma vez que "é por

[6] Acredita-se que a ausência de evidência empírica de ocupações humanas, em certos espaços de uma área arqueologicamente definida, é um dado de suma importância que deve ser cautelosamente analisado. Ou seja, a ausência é uma evidência.

[7] A diferença entre o conceito de estabelecimento de Mauss e o conceito de lugar de Binford ocorre na concepção desse último sobre cultura e sua percepção mais funcional e adaptativa; além disso, a base *mauassiana* é a percepção das relações sociais de sociedades viventes, enquanto para Binford o foco seria a compreensão dos processos organizacionais do grupo etnográfico com vistas à compreensão dos processos formativos. Acredita-se que, apesar da aparente dicotomia entre os dois pensamentos, ambos ampliam a noção do sítio arqueológico (ou aldeia/ acampamento) em direção à compreensão da paisagem "arqueológica". Binford, sob uma pretensão arqueológica, e Mauss sob uma ótica etnológica, por assim dizer. Assim, a concepção de Binford acaba por ser apropriada uma vez que está pensando as estruturas conceituais para a Arqueologia, com vistas à compreensão do complexo situacional de sítios e, conseqüente, sistemas de assentamento.

meio da mobilidade que um dado local pode ser modificado em função do sistema humano" (BINFORD, 1982, p.08).

E, finalmente, Binford alerta do perigo em considerarmos as relações entre *episódios deposicionais* e *episódios ocupacionais*. Segundo ele, os índices e magnitudes da estratificação dos remanescentes arqueológicos são geralmente conseqüências de processos operando independentemente (ou quase) dos episódios ocupacionais, visto que os processos de deposição são relativos aos índices da dinâmica geológica da área. Nesse caso, várias ocupações, dependendo dessa dinâmica, podem ser estratificadas juntas, de modo que, quando evidenciadas, representem uma única ocupação.

Para Binford (1992), a garantia de uma compreensão efetiva do passado está relacionada ao entendimento das *dinâmicas que envolvem a formação do registro arqueológico*, sobretudo, de que forma se manifestam. Para tanto se faz necessário: (01) Estudo sobre o processo de formação do registro arqueológico e como este reflete o papel e seus desempenhos na organização do passado, ou seja, compreensão dos níveis de sedimentação e erosão, geomorfologia, processos pós-deposicionais e (02) Por meio desse exame, inferir sobre a variabilidade em dimensões sincrônicas e diacrônicas.

Os sítios contemporâneos componentes de um sistema de assentamento, portanto, *não são similares dentro dos contextos organizacionais em que fazem parte*, muitas vezes contendo inventários tecnológicos distintos, ou seja, apresentando conjuntos artefatuais e distribuições, estruturas e dimensões diferenciadas; contudo sendo considerados *complementares*. Os artefatos de curadoria, por exemplo, podem estar mais bem representados em um sítio, enquanto em outros são mais comuns os expeditos; estruturas de combustão podem ocorrer com mais freqüência e em desiguais organizações; diferentes tipos e distribuição de restos faunísticos são esperados no sítio base e na estação de caça, assim por diante.

Consequentemente, muitos pontos importantes são indicados em seu texto (BINFORD, 1982), entre os quais: i) Que para entender o passado é inerente à compreensão dos lugares, ou seja, da paisagem; ii) Que se devem compreender os processos deposicionais de uma área e, antes de tudo, que não existe relação entre os episódios deposicionais e o sistema cultural; iii) Que há diferenças entre o sítio base e locação de atividades específicas de ordem organizacional, passíveis de reconhecimento via registro arqueológico; iv) Que as características biogeográficas influenciam o uso/ padrão do sítio base; v) Que diferentes sítios, inclusive com inventário tecnológico diversificado, podem ocorrer em uma mesma área; vi) Que a mobilidade confere diferentes usos na paisagem (geografia cultural).

Ampliando esse conceito, pode-se considerar que os lugares, entendidos como subconjuntos da paisagem, fazem parte da rede de significação cultural e, por isso, as repetições do uso destes permitem a enumeração de recorrências e variabilidade (continuidade e mudança).

Cada sociedade, por meio desse pensamento, teria "padrões culturais" próprios de percepção e uso da paisagem, de ordem moral, econômica, política, religiosa, etc. Assim, ao se utilizar o conceito de lugar, priorizou-se a "união" entre sítios, não-sítios e espaços topográficos para compreensão da paisagem (ou seja, em seus aspectos bióticos, abióticos e 'arqueológicos'), enquanto *definidora* da área de atuação de um dado grupo pré-histórico.

Por conseguinte, as análises dos então chamados *lugares* partiriam de estudos sobre geologia, geomorfologia, do microclima, dos processos e índices de erosão e deposição, e distribuição de recursos, ou seja, inicialmente em uma dimensão geoecológica ou biogeográfica.

Um segundo momento é marcado pelo estudo da estratificação (ou paleoníveis no solo) dos sítios escavados, ou seja, do processo de formação dos depósitos culturais de modo que indicassem hipóteses sobre períodos de ocupação, abandono e reocupação. E, finalmente, por meio dos dados obtidos, analisar, interpretar e inferir a dimensão sócio-cultural da paisagem em termos de perceptos e conceitos, memória sócio-histórica, apego sentimental, cognição, universos político-religioso, simbólico, etc.

Mas qual seria a base empírica dessa última análise? Qual o método de análise dos objetos supracitados?

Sob os postulados aqui apresentados, por meio do exame da organização social, da tecnologia, da variabilidade intra e inter sítios, da mobilidade e uso espacial (sincrônico e diacrônico), tendo como aportes a distribuição espacial dos sítios (e relacional), análise das áreas de atividade, das estruturas (concentração cerâmica, combustão, bolsões de lascamento, restos faunísticos, etc.), possíveis rotas de mobilidade, distribuição de sítios de registros gráficos, etc.

As análises e posteriores dados geográficos, biológicos e culturais constituiriam recursos capazes de elucidar as relações homem *versus* meio, dentro de uma concepção holística e sistêmica, compreendendo, assim, a paisagem em sua totalidade.

Além disso, compreender os lugares significa ampliar as análises de forma a possibilitar a inferência sobre os meios pelos quais os grupos pré-históricos estruturavam suas estratégias de mobilidade, utilizavam diferentes espaços para a realização das tarefas cotidianas, enfim, apropriavam-se ativamente da paisagem em função de suas necessidades sócio-culturais, ideológicas e econômicas, que foram sendo delineadas em meio à dinâmica cultural e ao próprio processo histórico de conhecimento do local, da atribuição de valores e das já faladas inter-relações entre sociedade e ambiente.

O conceito de lugar pode ser entendido como uma reação à ortodoxia que vinculava a pesquisa arqueológica exclusivamente ao estudo de sítios arqueológicos com presença de cultura material, ou seja, trata-se de uma oposição às pesquisas que focam o estudo de sítios isolados, indicando a necessidade de uma Arqueologia de área (ou regional).

De qualquer forma, em meio a um emaranhado de conceitos, preferiu-se o estabelecido por Sarah Schlanger (1992), compreendendo o uso da paisagem em termos do que a autora denominou como *persistent places*, ou seja, locais usados repetitivamente durante a ocupação de uma região; partindo do pressuposto de que em função de certas particularidades (tanto de ordem histórica, econômica, política, social, religiosa ou cultural), os espaços são ocupados em longa duração refletindo na distribuição e formação do registro arqueológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, o uso do conceito de lugar sob a ótica da do conceito de paisagem aqui abordado, implica a *ampliação da noção de sítio arqueológico*, compreendendo os espaços sociais, os *não-sítios*, as ocorrências; muito próximo do que Mauss definiu como *domínio* em sua noção de estabelecimento, todavia em um sentido mais específico para o uso em Arqueologia, pois sob a ótica dos *lugares persistentes*, pressupõe-se a paisagem em sua totalidade, em que uma ocupação ultrapassa o sítio arqueológico, estando constituído por elementos bem demarcados no sistema sociocultural, por meio de fronteiras estabelecidas enquanto elemento de significação e formados por todos os locais de uso continuado, tanto em uma perspectiva sincrônica, quanto diacrônica.

Dessa forma, a intenção do conceito é mapear a utilização em longa duração dos *Loci*, refletindo sobre as condições que permitiram certas escolhas/ estratégias e as inter-relações entre sociedade *versus* meio.

Sob esse viés, as relações homem *versus* meio não são compreendidas como um modo de superação das necessidades de subsistência, como dado na Ecologia Cultural de Julien Steward[8] (por exemplo), mas enquanto um modo eficaz de regulação entre os fatores de ordem ambiental e as estruturas sócio-culturais. O modo de vida, nesse caso, é dado por questões relacionadas ao social, mas não distanciadas da natureza, o que permite a inferência de que cultura e natureza são *fenômenos de totalidade*, em um sistema harmônico e interconectado, de forma a garantir uma unidade coesa e de equilíbrio entre ambos.

De qualquer forma, a Arqueologia apresenta condições epistemológicas e metodológicas para o estudo e compreensão da paisagem enquanto *integradora* do registro arqueológico e, portanto, portadora de significação. Além disso, fazendo uso de métodos importados de outras Ciências, observações mais

[8] Ou seja, as relações homem *versus* meio não podem ser compreendidas como um modo de superação das necessidades de subsistência, mas sim enquanto um modo eficaz de regulação entre os fatores de ordem ambiental e as estruturas sócio-culturais. Temos consciência de que a antropologia *stewardiana* influenciou significativamente a compreensão processual das relações ambiente *versus* cultura, sendo o primeiro definido por seu caráter funcional e adaptativo, enquanto a cultura, entendida como um fenômeno estável, não cooperaria para as mudanças em termos organizacionais. Essa rigidez, típica dos anos 1960/1970, foi sendo substituída por uma visão mais integrada (mais condizente aos estudos arqueológicos), entre *as coisas da natureza e do espírito*, para usar o postulado de Dilthey (para discussão sobre o processualismo na atualidade. HEGMON, 2003).

assertivas do que deduzidas serão mais facilmente alcançadas, nos quais o **contexto** acaba sendo a *chave-mestra* das análises. Ou seja, o contexto, enquanto unidade básica interpretativa para Arqueologia pressupõe totalidade, que é alcançada via inter-relações e associações existentes em seu objeto de estudo: **o registro arqueológico.**

Há, sob o viés aqui apresentado, a *necessidade* de estudos sobre a paisagem em Arqueologia, ampliando a noção de sítio arqueológico para o estabelecimento de Mauss (1974a); dos *loci* de ocupação continuada e dos lugares persistentes, compreendendo a cultura e natureza como integradas no que se pode denominar como paisagem arqueológica, partindo do pressuposto de que grupos pré-históricos percorriam diferentes espaços no meio físico-biótico motivados por uma série de questões, aqui explicitadas, mas dentro de *marcos paisagísticos* que, mesmo que fluidos, demarcavam seus espaços sociais.

Tem-se buscado, portanto, a elaboração de pesquisas controladas[9] por dados em níveis diferenciados de uma construção de analogias ambientais/ tecnológicas/ etnográficas, para se tratar o contexto arqueológico como a segurança e limitações de se tratar um contexto sistêmico, estruturando essas analogias em dimensões históricas e ambientais dinâmicas, construindo-se unidades interpretativas conexas aos estudos da Antropologia, Geografia Humana, Geologia, Geomorfologia, Paleoambiente, Ecologia, enfim, do meio físico-biótico como integrado à cultura.

Essa escolha parte do princípio de que qualquer tipo de determinismo (ou mesmo o possibilismo ambiental) não pode ser levado a cabo em uma pesquisa multidisciplinar. Ou seja, a produção científica estará focada na compreensão sistêmica da dinâmica relacional entre os diversos níveis de organização e interação entre cultura e a paisagem. Nesse caso, como Bruno Latour (1994), partiu-se da premissa de que é insustentável a partição do mundo entre natureza/cultura, Nós/Outros, como pólos opostos da realidade.

REFERÊNCIAS

BINFORD, Lewis R. *The Archaeology of Place.* **Journal of Anthropological Archaeology,** n.01, pp. 05-31, 1982.

_____. *Long term land use patterns:* some implications for archaeology. IN: **Working at archaeology**. New York: Academic Press, pp. 379-386, 1983.

_____. *Seeing the present and interpreting the past* – and keeping things straight. IN: ROSSIGNOL, J. & WANDSNIDER, L. **Space, Time and Archaeological Landscapes.** New York: Plenum, pp. 43-59, 1992.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia.** Florianópolis: editora da UFSC, 2011.

COSGROVE, D. **Social formation and symbolic landscape:** with a new introduction. Madison:

[9] Esses conceitos estão sendo atualmente aplicados no Projeto Arqueológico Alto Jequitinhonha (PAAJ) pela equipe do Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Corrêa e Rosendhal, 1998

The University of Wisconsin Press, 1984.

_____. *A geografia está em toda parte:* Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, pp.92-123, 1998.

_____. Mundos de significados: geografía cultura e imaginação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Geografia cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, vol. 01, pp.105-118, 2012.

CRIADO BOADO, F. *Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje.* **Boletín de Antropología Americana**, n. 24, pp. 5-29, 1991.

_____. *La memória y su huella. Sobre arqueología, patrimônio e identidad.* Madrid: Promotora General de Revista, Claves de Razón Práctica, v.115, pp. 36-43, 2001.

DUNELL, Robert C. *Classificação em Arqueologia.* São Paulo: Edusp, 2007.

FAGUNDES, Marcelo. *As Relações e Conexões entre Arqueologia e Paisagem:* do contexto arqueológico ao contexto sistêmico sob a ótica dos lugares persistentes. Rio de Janeiro: **Anais II Simpósio Arqueologia na Paisagem,** Conferência Magistral, 2011.

_____. *Sistema de assentamento e tecnologia lítica:* organização tecnológica e variabilidade no registro arqueológico em Xingó, Baixo São Francisco, Brasil. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *O conceito de paisagem em arqueologia* – os lugares persistentes. ***Holos Environment,*** 09 (02), 2009. CEA-UNESP, Rio Claro, S. P.

FAGUNDES, Marcelo & PIUZANA, Danielle. *Estudo Teórico Sobre o Uso Conceito de Paisagem Em Pesquisas Arqueológicas* – do Contexto Arqueológico ao Contexto Sistêmico sob a Ótica dos Lugares Persistentes. **CINDE,** v.08, n.01, pp-203-218, 2010. cidade?

_____. *O Saber Local.* 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FOURNIER, M. *Para reescrever a biografia de Marcel Mauss.* São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.52, pp. 05-13, 2003. cidade?

GOJDA, Martin. *Archaeology and landscape studies in Europe: approaches and concepts.* IN: DARVILL, T. & GOJDA, M. **Onde Land, Many Landscapes**. Papers from a session held at the European Association of Archaeologists, Fifth Annual Meeting in Bournemouth. Bar International Series, pp.9-18,2001.

HEGMON, M. *Setting theoretical egos aside:* issues and theory in North American Archaeology. **American Antiquity,** 68 (02), pp. 213-243, 2003.

HODDER, Ian. *Reading the Past.* Cambridge: Cambridge Press, 1986.

_____. *Converging traditions*: the search for symbolic meanings in archaeology and geography. IN: WAGSTAFF, J. M (ed.). **Landscape of Culture:** geographical and archaeological perspectives. New York: Basil/ Blackwell, 1987.

JOHNSEN, Harald & OLSEN, Bjornar. *Hermeneutics and Archaeology:* on the philosophy of contextual archaeology. **American Antiquity**, 57 (03), pp. 419-436, 1992.

KARSENTI, B. *L'homme total:* Sociologie, anthropologie et philosophie chez MarcelMauss. França: Presses Universitaires de France, 1997. e 1998?

LANNA, M. *Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a dádiva.* Curitiba: Revista de Sociologia Política, 14, pp.173-1999, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem.* 9ª ed. Campinas: Papirus, 2008.

MATHEWSON, Kent; SEEMAN, Jörn. *A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley* – um precursor ao surgimento da História Ambiental. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 24, n.39, pp.71-85, 2008.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimó.* IN: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Edusp, pp. 237-331, 1974a.

_____. *Ensaio sobre a Dádiva:* forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. IN: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Edusp, pp. 37-184, 1974b. Bruno Latour, 1994?

Knapp, 1992? Linke, 2008? Macdowell, 1996? Faleiros, 2005? Levi-Strauss, 1974? Di Deus, 2007?

MORAIS, José Luiz de. *Tópicos da Arqueologia da Paisagem.* **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**, MAE/USP, n.10, pp. 03-30, 2000.

_____. *Reflexões acerca da Arqueologia Preventiva.* MORI, SOUZA, BASTOS & GALLO (org.). **Patrimônio:** atualizando o debate. Brasília: IPHAN, pp. 191-220, 2006.

RACZKOWSKI, Wlodzimierz. *Post-processual landscape: the lost world of aerial archaeology?* IN: DARVILL, T. & GOJDA, M. **One Land, Many Landscapes**. Papers from a session held at the European Association of Archaeologists, Fifth Annual Meeting in Bournemouth. Bar International Series, pp.03-07, 2001.

RENFREW, C. & BAHN, P. *Arqueología* – teorias , métodos y práctica. Madrid: Akal, 1993.

SAUER, Carl. O. A morfologia da Paisagem. In: CORREA, R. L; ROSENDHAL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura.* Rio de Janeiro: Editora da UERJ, pp. 12-74, 1998.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia. Curitiba: R. RA'E GA, Editora UFPR n. 7, p. 79-85, 2003.

SCHIFFER, M. B. *Archaeological Context and Systemic Context.* **American Antiquity,** 37 (2), pp. 156-165, 1972.

SCHLANGER, S. *Recognizing Persistent Places in Anasazi Settlement Systems.* IN: ROSSIGNOL & WANDSNIDER. **Space, Time, and Archaeological Landscapes.** New York and London: Plenum Press, pp. 91-112, 1992.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Espaço Geográfico Uno e Múltiplo.* **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, 2001. Disponível em: << www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>

SILVA-MENDES, G. L. *Caçadores coletores na serra de Paranapiacaba durante a transição do Holoceno médio para o tardio (5920 a 1000 anos A.P.).* 2007. 503f, 2v. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP, 2007.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. *Abordagem cultural na Geografia.* Temporis, v. 1, n. 9, 2007. Disponível em << http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28about:Tabs>>

Recebido em: 10 de janeiro de 2014
Aprovado em: 20 de janeiro de 2014